

AS JORNADAS UNIVERSITÁRIAS EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA E OS DIREITOS HUMANOS: BREVE ANÁLISE CONJUNTURAL DE 2018

Lara Dalperio Buscioli

Doutoranda em Geografia

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências e Tecnologia.

lara.dalperio@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho remete as informações/indagações apresentadas na Conferência de abertura da IV Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA) da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) em Presidente Prudente no estado de São Paulo (SP). A Conferência foi realizada no dia cinco de abril, tendo como título “As Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária e os Direitos Humanos” e a autora do trabalho como conferencista.

No IV JURA tiveram como principais temas de análise conjuntural questões relativas a alimentação saudável, agroecologia, educação do campo, direitos humanos, agronegócio, processo de territorialização da mineração, ou seja, uma visão crítica da questão agrária em sua totalidade no Brasil. Elementos estes, que são importantes para a compreensão histórica do processo de formação do território brasileiro, das lutas dos diferentes sujeitos pela realização da reforma agrária, bem como do atual momento político que estamos vivendo que tem rebatimentos diretos com estas questões/elementos.

Diante de tais aspectos, abordaremos neste trabalho, elementos que se compunham enquanto centralidade da exposição da conferência de abertura, tais como questão agrária, lutas e JURA aliados aos direitos humanos. Assim, dividimos o trabalho em diferentes tópicos para a compreensão do todo diante da complexidade dos assuntos que envolveram os debates.

Na primeira parte do trabalho, abordaremos questões introdutórias sobre o papel das JURAS a nível nacional e os direitos humanos, compreendendo que estes estão em movimento, um pertencente ao outro pela questão do direito a vivência e diferentes formas de expressão. Já na segunda parte do trabalho, apresentaremos brevemente a contextualização do surgimento e primeiros debates para a realização das JURAS em âmbito nacional e seus desdobramentos em repressão de tal atividade.

Em terceiro lugar, apresentaremos as JURAS enquanto categoria analítica do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) com análise conjuntural dos dados das JURAS realizadas no território brasileiro em 2018, buscando por meio da construção de dados qualitativos e quantitativos apresentar a construção política da categoria e seus desdobramentos na atualidade. Analisando os aspectos repressivos diante da realização

das JURAs no âmbito acadêmico-institucional, abordando as perseguições e apoios diante da conjuntura que estamos vivenciando frente aos posicionamentos dentro e fora do mundo acadêmico/universitário.

A partir do exposto, compreendemos que este trabalho torna-se importante para a contribuição a nível acadêmico/social para a construção, denúncia e desmistificação das atividades que os movimentos socioterritoriais realizam em nossa sociedade, principalmente nas universidades/institutos federais, estaduais e particulares.

JURAS E DIREITOS HUMANOS

Os direitos humanos são pressupostos cruciais para a análise da conjuntura da questão agrária atualmente e das lutas dos movimentos socioterritoriais no âmbito do direito a vida. Desta forma, tais direitos incluem viver de forma digna e com liberdade de agir e expressar – ou seja, utilizando os diversos sentidos que a evolução nos propiciou.

Numa vida em sociedade, nossa liberdade está condicionada a ações que em alguns casos nos são negadas por um conjunto de políticas e análises culturais, tais como o direito a vida digna, igualdade de gênero/religião-crenças/raças, saúde, educação, trabalho, justiça etc. Assim, qualquer forma de discriminação e impedimento do exercício do direito de viver é uma violação de direitos, pois eles são universais parte da totalidade.

No Brasil a Constituição de 1988, estabelece várias “normativas” que se configuram a direitos universais dos brasileiros como: o direito a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança, a nacionalidade, ao meio ambiente, a política, ao social, a religiosidade, a livre orientação sexual, a dignidade humana, a idosos/crianças/adolescente, bem como a prevalência dos Direitos Humanos nas relações internacionais dos brasileiros, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Segundo a Carta das Organização das Nações Unidas (1945) estes direitos são igualmente importantes e diretamente relacionados. E, num âmbito geopolítico o Direito Internacional dos Direitos Humanos fornece obrigações para que os diferentes Estados possam se subsidiar e agir (ou não) diante de alguns casos/situações, para que o Direito ao Direito Humano seja promovido!

Mas, a realidade atual global e, neste caso do Brasil, expressam diferentes relações que permeiam um debate sobre as violações destes direitos expressos em diferentes sujeitos, religiões, crenças, liberdade políticas que evidenciam uma conjuntura de violências de diferentes níveis e impactos, tais como físico, psíquico e cultural.

Como exemplos temos as mortes que envolvem a comunidade LGBT no Brasil – “cada 19 horas um LGBT é assassinado ou se suicida vítima da “LGBTfobia”, o que faz do Brasil o campeão mundial desse tipo de crime” sendo que 87% eram trans ou gays (SOUTO, 2018). Ou mesmo da comunidade negra que representa 71% das mortes

relacionadas em homicídio no Brasil, sendo mais que o dobro relacionada aos brancos, geralmente do sexo masculino e jovem na faixa de 15 a 29 anos (MENEZES, 2017), reflexo de políticas e ações governamentais insuficientes e errôneas. Como também é o caso dos feminicídios em que o Brasil se configura no quinto lugar em todo o mundo (ONU, 2016), sendo 12 mulheres assassinadas todos os dias, ou seja, a cada duas horas no país morre uma mulher vítima de violência (VELASCO; CAESAR; REIS, 2018).

Estes dados evidenciam que determinados seguimentos de nossa sociedade tem sua morte legitimada por não compactuar com práticas e princípios ditos hegemônicos. Então, o existir destes sujeitos histórico já é um elemento de resistência frente a ações do Estado e da sociedade em toda a sua estrutura política, militar, cultural etc.

Neste sentido, nos indagamos como os Direitos Humanos podem estar relacionados com as Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária? O embasamento inicial para tal resposta remete-se ao direito a vida digna como estabelecido pela ONU, sendo que para sua realização se faz necessário o acesso a terra como direito de vida e trabalho para os sujeitos do campo.

O direito ao acesso a terra, configurado como elemento primordial na conjuntura da ciência geográfica envolta da questão agrária, como direito ao território, que compreende a totalidade dos seus elementos materiais e imateriais de relações de poder estabelecidas no seio das relações sociais gerando contradições inerentes a este processo.

Assim, o direito a reforma agrária se estabelece enquanto normativa constitucional e a luta pela efetivação deste processo como um fato a ser criminalizado, evidenciado em diferentes governos e sujeitos. Ou seja, negar o direito a terra e uma vida digna nela no âmbito de assentamentos rurais ou acampamentos de retomada ou não, são características que conferem uma violação de direitos.

Com isso, as violências ocorrem em diversos tempos e territórios, evidenciando o caráter conflituoso com diversas consequências que tem em sua estância mais danosa a negação do direito a vida por mortes – homicídios, massacres, torturas entre outros, das populações que vivem no campo e lutam por seus direitos.

Entre os anos de 1985 e 2017 a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou a morte de 1.904 pessoas relacionadas aos conflitos pela terra/território (CPT, 2017), sendo que em sua maioria os crimes ainda continuam sem julgamento ou devido esclarecimento, ou seja, a impunidade é um elemento marcante no contexto dos direitos que se estabelecem enquanto forma digna de viver.

Como exemplo podemos citar os Massacres de Corumbiara em Rondônia, na fazenda Santa Elina no município de Corumbiara, ceifando a vida de camponeses em 1995 e do Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no estado do Pará que originou como fonte inspirado na realização das JURAs em todo o território nacional.

Neste sentido, o debate sobre a reforma agrária no seio da questão agrária é necessário e eminente dentro das universidades que tem uma das funções estabelecer o conhecimento e as ideias críticas e autônomas dos educandos, abrangendo para os educadores e sociedade.

CONTEXTUALIZANDO AS JURAS

O debate acerca das JURAs a âmbito nacional nasce com a narrativa da construção de saberes e diálogos com o tema da reforma agrária dentro das universidades, institutos educacionais e espaços escolares criando um território (em alguns casos) de resistência, luta e educação crítica. Em que, esta educação crítica e a reforma agrária estabelecem elementos centrais para pensarmos na construção de uma nova forma de se pensar as universidades/institutos e o ensino que contribua para o campo brasileiro e a inserção de seus sujeitos em tais espaços/territórios.

As Juras apresentam o debate entre a Reforma agrária e a educação do campo, elementos essenciais para pensarmos conjuntamente as desigualdades vivenciadas no território brasileiro, dentro do espaço universitário que historicamente se tornou um território elitizado frente às ações populares, as comunidades, aos resistentes.

Assim, Jornadas trazem no seio do seu debate a Reforma Agrária como elemento central para as mudanças sociais que necessitamos, dialogando com as diferentes vertentes e frentes de desenvolvimento que em sua essência priorizam o Agronegócio, se fazem resistências para a consolidação de uma outra forma de luta pautada na leitura do campesinato e desenvolvimento territorial rural. Priorizando, as ações nos territórios camponeses e suas promoções de políticas que buscam a centralidade do trabalho camponês, do mercado camponês e de suas lutas e resistências fora da lógica dominante do agronegócio, sempre lembrando as ações de criminalização que culminaram nos massacres citados anteriormente.

Diante de tais questões, a JURA foi pensada enquanto evento/movimento de articulação nacional no 2º Encontro Nacional dos Professores Universitários com o MST, realizado no ano de 2013 no estado de São Paulo, especificamente no município de Guararema na Escola Nacional Florestan Fernandes. Tal escola é o berço do debate crítico e educacional dos movimentos socioterritoriais na América Latina, evidenciando assim, a construção política das JURAs na ocupação de espaços dentro das universidades/institutos. Articulando ainda mais a Rede de universidades em favor da justiça social que é condicionante na realização da Reforma Agrária.

Neste sentido, com a realização das JURAs busca-se:

... dialogar com o dia 17 de abril, no qual o MST denuncia a impunidade do massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido nessa mesma data, em 1996, resultando na morte de 19 trabalhadores Sem Terra. A JURA também busca visibilizar as ações de luta pela terra que o MST realiza durante o 'Abril Vermelho', relacionando sempre com temas da conjuntura atual (MST, 2017, p. [1]).

Estes temas conjunturais atuais são os mais variados dentre os quais podemos citar: as questões relacionadas ao alimentar e seus sistemas como agroecologia, direitos humanos, questões políticas como o Golpe ocorrido em 2016, criminalização dos movimentos socioterritoriais etc. Ou seja, temas que envolvem toda a tessitura social nacional e internacional.

Como elemento estruturante para a realização das JURAs, o MST estabelece algumas sugestões de atividades a serem realizadas, como "Dia de Vivência" que se caracteriza pelas visitas aos territórios camponeses conquistados – assentamentos, aos territórios em luta – acampamentos, nas escolas etc.; "Feira da Reforma Agrária" com a venda de produtos oriundos da produção camponesa seja orgânica/agroecológica ou artesanal; "Atividades Culturais" como exibição de filmes, dança, teatro entre outros; e por fim "Bancas de exposição" com vendas e lançamentos de livros.

Além destes elementos, as JURAs trazem uma contribuição acadêmica para a construção de bancos de dados e pesquisa sobre a Reforma Agrária no Brasil, ampliando o debate (do qual o DATALUTA faz parte) garantindo um encontro de ideias e de transformação que se fundamenta o evento.

A normativa instrutiva das JURAs estavelecem a sua realização no mês de abril para lembrar dos massacres, mas cabe ressaltar que as JURAs são realizadas ao longo do ano, devido a realidade de cada território local e em alguns casos, ocorre a criminalização do evento partindo dos mais variadas justificativas. Pois, são diferentes leituras de mundo que se configuram também dentro da universidade ao passo que as Jornadas crescem o movimento de resistência contra a materialização dessas ações também se faz, por meio das repressões.

Estas repressões no seio da universidade se configuram com notas públicas de repúdio as ações realizadas nas JURAs, como da atividade cultural realizada com o intuito de mostrar as resistências pintando de vermelho as árvores, sendo colocadas como degradação da natureza pela Universidade, como ocorreu na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

Outro caso emblemático ocorreu na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ) que é uma unidade da Universidade de São Paulo (USP) em 2017 com a denúncia contra o professor Marcos Sorrentino da qual afirmava que havia uma questão ideológica de contribuição dele com o MST para a realização de uma atividade na JURA.

A atividade foi denunciada para saber se havia autorização, sendo realizada no gramado do campus, houve construção de barracos com lona preta e bate-papo entre os universitários e membros do MST, abrangendo o debate sobre o tema oportunizando o contato com elementos que traduzem os acampamentos de luta pelo território, como pode ser observado na figura 1.

Figura 1: JURA - Esalq-USP em Piracicaba - 2017



MENICUCCI, 2017, p. [1]

No então momento, o professor Sorrentino afirmou: “É tão estapafúrdio esse tipo de procedimento, de abrir uma sindicância em cima de algo que não tem fundamento, que é discriminatório, que a minha afirmação no começo e final da audiência é que isso é triagem ideológica” (MENICUCCI, 2017, p. [1]).

Está triagem ideológica parte de diferentes tipos de análises paradigmáticas dentro dos territórios materiais e imateriais das universidades no campo que corresponde ao mundo ideias conforme estudos de Fernandes (2009). Os paradigmas que compõem esta realidade são expressos em dois: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) que buscam em sua essência constituir os parâmetros teórico-ideológicos, pautados na diferenciação dada ao papel do campesinato e, portanto nas propostas de políticas públicas que concorrem entre si dentro da lógica de Estado e de territórios materiais e imateriais.

Entendemos que o território material é constituído de fixos e fluxos, estabelecendo relações de diferenciações entre Estado, governanças, propriedades, lutas sociais compondo suas ordens: o Primeiro Território como espaços de governança organizados em diversas escalas; o Segundo Território como propriedades sendo comunais, privadas, capitalistas, familiares etc.; E o Terceiro Território que tem caráter relacional - o fluxo conexo com territorialidades/formas de uso (FERNANDES, 2009).

O outro tipo de território é o imaterial que sustenta os territórios materiais, compondo o PQA/PCA e suas políticas. Ele é compreendido a partir da determinação de relações de

poder, pois “pertence ao mundo das ideias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material” (FERNANDES, 2009, p. 211).

O PCA parte da tendência da agricultura familiar e do agronegócio, subalternizando e integrando o campesinato ao sistema produtivo (tecnificado e mecanizado) do capital, não havendo uma questão agrária a ser debatida, bem como a solução dos problemas gerados por seus processos e pelo sistema podem ser resolvidos dentro do capitalismo por meio de políticas que integrem o campesinato/agricultor familiar. Já no PQA a lógica norteadora é completamente distinta, pois o campesinato se recria no interior do capitalismo e nas suas contradições, buscando formas alternativas de sobrevivência frente aos impactos socioterritoriais em seus territórios construindo um novo modelo de desenvolvimento (FERNANDES, 2005; FELICIO, 2011; CAMPOS, 2012; BUSCIOLI, 2016).

Correlacionando com os paradigmas, analisamos que a mesa redonda intitulada “Universidade como patrimônio público a serviço da sociedade: reforma agrária, agricultura familiar, agroecologia e liberdade de expressão” realizada em 28 de novembro, como resposta sindicância aberta pela direção da ESALQ-USP contra o professor Marcos Sorrentino, corresponde os elementos do PQA, pois coloca os aspectos do camponeses e luta contra como elementos essenciais de debate e compreensão do “povo na universidade”.

As figuras 2 e 3, apresentam este momento de debate tão enriquecedor na compreensão dos territórios e dos paradigmas dentro do campo de disputas das universidades.

Figura 2: Mesa redonda - Universidade como patrimônio público a serviço da sociedade: reforma agrária, agricultura familiar, agroecologia e liberdade de expressão



Fonte: Paulo Lima – Disponibilizado na galeria da ESALQ, 2017

Figura 3: Participantes ouvintes e integrantes da mesa redonda



Fonte: Paulo Lima - Disponibilizado na galeria da ESALQ, 2017

Cabe ressaltar que o diretor da escola, professor Luiz Gustavo Nussio, integrou a mesa redonda. Nos seus dois pronunciamentos, ele procurou apresentar a repercussão negativa do caso como um problema de “comunicação” e evitou entrar em detalhes sobre a sindicância (ESALQ, 2017).

Dentro deste contexto de espaços de diálogos, umas das narrativas de objetivos das JURAs é a articulação na construção de dados territoriais, das quais apresentaremos sua efetivação via Núcleo de Estudos Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) compondo parte analítica importante para o crescimento do debate e das pesquisas no Brasil em elo com os movimentos socioterritoriais organizadores do evento, tendo como protagonista o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O DATALUTA JURA EM CONSTRUÇÃO E A APRESENTAÇÃO DOS DADOS DE 2018

O início da proposta de construção do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) surgiu durante o desenvolvimento do doutoramento de Bernardo Mançano Fernandes que necessitou de dados sistematizados para o desenvolvimento de seu trabalho. Diante de tais desafios, ocorre a criação do projeto de extensão DATALUTA, sendo realizado no NERA através da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, que constituiu num banco de dados que trabalha com temas relacionados a questão agrária brasileira e mundial.

Dentro do DATALUTA existe a separação de análise e sistematização de dados correspondentes a categorias, sendo elas: movimentos socioterritoriais, ocupações de terras, manifestações do campo, estrutura fundiária, assentamentos rurais e estrangeirização de terras, bem como a JURA que pretendemos analisar. As informações de cada categoria, são confrontadas por meio de diferentes fontes como: Comissão Pastoral da Terra, Ouvidoria Agrária Nacional, Instituto de Terras do Estado de São Paulo,

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e um componente de suma importância a Rede DATALUTA.

A Rede DATALUTA compõem um gama de grupos de pesquisas de universidades estaduais e federais que contribuem para a produção e sistematização de informações referentes as categorias analíticas do DATALUTA. Os grupos que a compõem são: NERA, Laboratório de Geografia Agrária, Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos Geografia das Lutas no Campo e na Cidade, Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal, Núcleo de Estudos Agrários, Laboratório de Estudos Territoriais, Grupo de Estudos Trabalho, Espaço e Campesinato e Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território.

Cabe destacar que anualmente ocorre a publicação do Relatório DATALUTA que compõem os resultados finais do processo de sistematização em gráficos, quadros, tabelas, mapas e pranchas dos dados sistematizados pela Rede DATALUTA, contribuindo para a análise de pesquisadores em escalas nacional e internacional evidenciando a conflitualidade no território devido a ações e componentes de relações de poder na conjuntura histórica e atual.

Nas páginas que se seguem apresentaremos brevemente, parte dos resultados obtidos da Categoria JURA que compõe uma manifestação. Os dados apresentados são os de 2018, devido ao ano de início da coleta e produção de informações desta categoria construída coletivamente pela Rede DATALUTA e pelos membros exteriores dos movimentos socioterritoriais como o MST.

Enquanto estrutura organizativa da Categoria JURA sistematizamos as informações a partir de diferentes fontes que contribuem para a atualização processual de dados numa planilha geral no programa Excel. Nesta planilha geral, temos as seguintes informações: Data de realização do evento, local (estados federativos e municípios), universidade, área do conhecimento, grupos de pesquisa, organização do evento, edição, título e temática, tipologias de atividades e conjunto de temas abordados, movimentos socioespaciais-socioterritoriais e instituições, nomes dos participantes, observações e observações de registro.

Para o Relatório DATALUTA, serão publicados dados referentes a territorialização das Jornadas Universitárias de Reforma Agrária no Brasil por meio de mapa e do detalhamento destas informações através de dois quadros com as informações diversas de localidades das JURAs, de universidades, de temáticas, dos títulos das edições entre outro.

Para este trabalho apresentaremos algumas informações qualitativas das tipologias e das temáticas sistematizadas do nosso banco de dados expressos no quadro 1 e 2 e os dados quantitativos sistematizados por meio do mapa 1, dados trabalhados pela autora. Vale a ressalva que o banco de dados está em construção sendo que posteriormente

devido ao aprimoramento ou modificação territorial tendencial das JURAS, possa ocorrer a necessidade de mudança nas questões de estrutura organizativa dos quadros e mapas do Relatório.

Quadro 1: Brasil - Tipologias de temáticas das JURAs em	
Conflitos agrários	Turismo
Terra/Território	Saúde
Questão alimentar e produtiva	Direitos
Questão educacional	Questão urbana
Políticas e desenvolvimento	Gênero e diversidade
Movimentos sociais	Feminismo
Reforma agrária	Agrotóxicos
Questão ambiental	Paradigmas
Questão agrária	Outros
Fonte: DATALUTA, 2019. Org. BUSCIOLI, L. D.	

Em relação ao quadro 1, aglomeramos as diferentes temáticas em tipologias para melhor compreensão dos dados para este artigo. Para a tipologia de “Conflitos Agrários” foram registradas as temáticas que envolviam conflitos por terra, violência, repressão, ocupações rurais, criminalização, lutas camponesa, quilombola, pela terra, e resistência; Na tipologia “Terra/Território” encontram-se temáticas da estrutura fundiária, concentração de terras, grilagem, assentamentos, soberania territorial, terra, titularização e Matopiba; Para a “Questão Alimentar e Produtiva” registram-se a agroecologia, soberania alimentar, alimentos, produção de alimentos, sistemas agroflorestais, agricultura familiar, produção de alimentos saudáveis, agricultura camponesa, agricultura, segurança alimentar agronegócio, mineração, trabalho, cooperativismo;

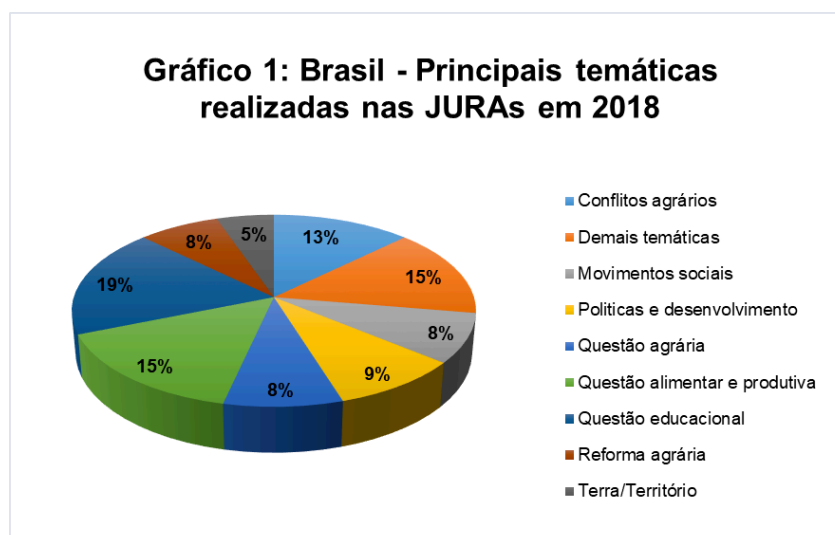
Para a “Questão educacional” registram-se as temáticas de educação, educação popular, educação do campo, educação pública, universidade pública, currículo escolar universidade, Projeto Político Pedagógico, educação infantil, Educação de Jovens e Adultos e inclusão; Em relação a “Políticas e Desenvolvimento” encontram-se: cidadania, sistema de justiça, capitalismo, economia solidaria, desenvolvimento territorial, mundialização, democracia, tecnologia e política pública privatização e golpe;

No que tange a tipologia de “Movimentos Sociais” registram-se temáticas envoltas aos indígenas, questão indígena; movimentos sociais, quilombolas, atingidos por barragens, Via Campesina, comunidades tradicionais e crianças sem terra; Para a “Reforma Agrária” registram-se: reforma agrária e popular reforma agrária; A “Questão ambiental” com as

temáticas de água, questão ambiental, meio ambiente, biodiversidade e psicologia ambiental;

Na tipologia “Questão Agrária” encontram-se os registros de questão agrária, direito agrário, projeto popular, conjuntura e agrária rural; De “Turismo” registram-se turismo e ecoturismo; Saúde correspondem a prevenção da violência e saúde; “Direitos” com temáticas de justiça ambiental e direitos humanos; “Questão Urbana” encontram-se temáticas de ocupações urbanas e urbano; A topologia de “Gênero e Diversidade” registram-se as temáticas de gênero, diversidade, sexualidade e mulheres; Bem como a tipologias de “Outros” com os registros de infância, cartografia, comunicação e cultura.

A partir do exposto compreendemos que a sistematização destas informações em tipologias contribui para qualificar a análise de tais registros, sendo contabilizadas 228 temáticas realizadas em todas as JURAs no território nacional em diferentes espaços e territórios. Desta forma, apresentamos no gráfico 1 as principais temáticas envolvidas nesta análise a nível percentual.



Fonte: DATALUTA, 2019. Org. BUSCIOLI, L. C.

Em uma análise geral, compreendemos que das 18 tipologias sistematizadas os destaques compõem a “questão educacional” com 42 registros, “questão alimentar e produtiva” com 35 registros, “conflitos agrários” correspondentes a 29, “políticas e desenvolvimentos” com 21, “movimentos sociais” e “questão agrária” com 19 respectivamente, “reforma agrária” com 17 e “terra/território” com 12 registros de realização.

Neste cenário a tipologia da “questão educacional” representou 19% do número total aliado ao debate da “questão alimentar e produtiva” com 15% o que demonstra a importância destas tipologias nas discussões atuais que envolvem a questão agrária em conjunto das universidades. Pois, o papel das JURAs representa exatamente esse, aliar nos diferentes espaços educacionais a luta dos movimentos socioterritoriais frente ao Estado e

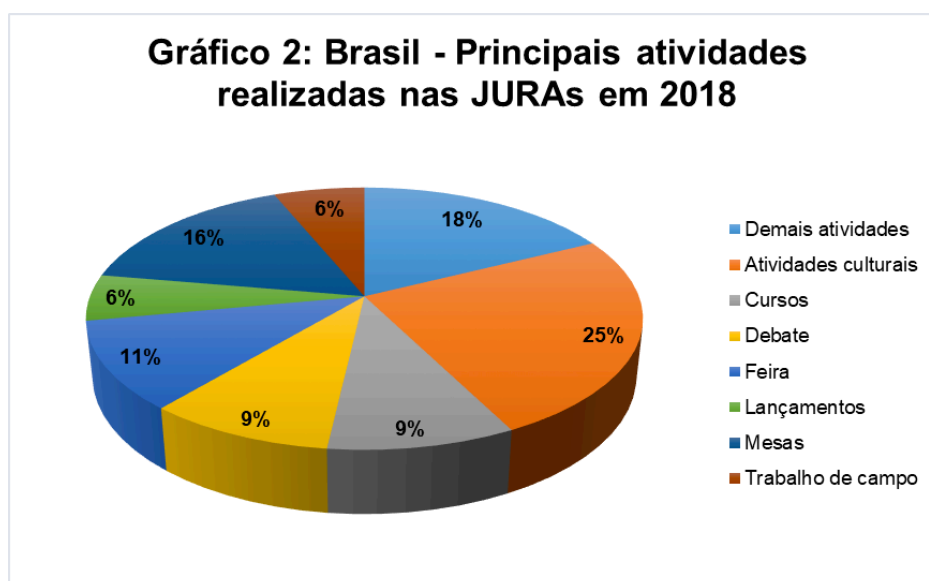
o posicionamento histórico elitista das universidades do país, compondo em um conjunto de elementos de ações dentro das JURAs, os caminhos para alcançar estes objetivos.

Desta forma, no quadro 2 apresentamos a criação das tipologias de atividades que foram realizadas dentro das Jornadas no ano de 2018, compondo elementos de expressões de lutas e resistências nas universidades, faculdades e institutos brasileiros.

Quadro 2: Brasil - Tipologias de atividades realizadas nas JURAs em 2018	
Atividades Culturais	Conferências
Mesas	Bancas de livros
Feiras	Apresentações de trabalhos
Cursos	Aulas
Debates	Audiência pública
Trabalhos de campo	Seminários
Lançamentos	Cine debate
Palestras	Outros
Fonte: DATALUTA, 2019. Org. BUSCIOLI, L. D.	

No que tange ao registro da tipologia de “Atividades Culturais” encontram-se teatros, exposição interativa, tenda, sarau, apresentação musical, vivência, café coletivo e camponês, mística, exposição fotográfica, documentário e filme; Em “Mesas” atividades referentes a mesa redonda e mesa de debate; Em “Cursos” encontram-se os registros de minicursos, oficinas e curso; Nos “Debates” encontram-se roda de conversa e debate; Em “Lançamentos” registram-se lançamentos de livros, filmes e relatórios; Na tipologia “Apresentações de trabalhos” encontram-se apresentação de trabalhos individuais e coletivos e defesa de dissertação; Em “Aulas” encontram-se os registros de aula e aula pública; “Cine debate” correspondem aos registros de cine-debate e cine-fórum; Os “Trabalhos de Campo” refere-se aos registros de atividades realizadas extra universidade, tais como assentamentos e acampamentos contribuindo como um momento de vivência dos diferentes sujeitos em distintos territórios. E por fim, na tipologia “Outros” encontram-se os registros de plenária, construção de hortas, marcha, relato de experiência, cine-fórum, mutirão, prêmio.

Observamos que diversas atividades foram realizadas nos eventos das JURAs que seguem uma orientação de realização e efetivação do evento, como já apontado nas páginas anteriores. Neste sentido, o gráfico 2 apresenta as tipologias de atividades que tiveram maior destaque em 2018.



Fonte: DATALUTA, 2019. Org. BUSCIOLI, L. C.

Dos 190 registros de atividades colocamos como destaque as “atividades culturais” realizadas sendo contabilizadas em 48 o que corresponde a 25% deste número total, como no V JURA da Universidade Federal de Goiás em Goiânia com a peça de teatro *Santas Dica dos Sertões* com a companhia *Cia Burleska* ou mesmo na apresentações musicais de *Ananda Jacques* e *Willian* no III JURA em Sorocaba pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

Evidenciamos também a atividade que correspondem a tipologia de “Mesas” com 16%, das quais traziam para o debate educadores de diferentes universidades/faculdades/institutos, representantes de movimentos socioterritoriais e estudantes compondo uma variedade de sujeitos que tem representatividade nas histórias e lutas no seio de seus territórios.

As feiras, são elementos essenciais nas atividades, foram realizadas em 21 JURAs pelo Brasil, compondo um debate sobre a agroecologia e a produção de alimentos diversificados e saudáveis para a população brasileira. A comercialização dos alimentos produzidos pelos camponeses, bem como produtos confeccionados por eles representam a nível regional um elemento importante e definidor (além da identidade) para a permanência dos camponeses nos assentamentos e acampamentos, compondo um mercado camponês frente ao mercado capitalista e/ou institucional estabelecido e hegemônico.

A partir de toda esta diversidade de temáticas e atuações, apresentamos no mapa 1 a espacialização das Jornadas Universitárias de Reforma Agrária no Brasil em 2018.



Em números totais no ano de 2018 foram realizadas 65 jornadas universitárias no país. Na região Sudeste tivemos a realização de 21 JURAS (33%), no Nordeste sistematizamos 20 (31%), no Sul e no Centro-Oeste tivemos nove (14%) (respectivamente), no Norte quatro (6%) e no Distrito Federal uma jornada.

Em relação aos estados federativos, a Bahia (BA) teve representatividade com 11 realizações, o Rio de Janeiro com dez, Goiás (GO) com oito, Paraná e São Paulo com seis cada um e por fim, Minas Gerais, Piauí e o Rio Grande do Sul com quatro registros respectivamente;

Os municípios que tiveram os maiores registros de realização das Jornadas em todo o país são: Rio de Janeiro (estado do Rio de Janeiro) com cinco; Teixeira de Freitas (BA), Itabuna (BA) e Goiânia (GO) com dois juras (respectivamente).

Cabe destacar que apesar da diversidade territorial das JURAs os componentes estruturantes dentro da universidade ainda se configuram nas áreas de Ciências Humanas partindo principalmente da Geografia. Salvo para o JURA na Universidade Estadual do Rio de Janeiro que propiciou junto com a área de Ciências da Saúde mais especificamente Enfermagem, a realização do evento com tema relacionado a Prevenção da violência, causas indígenas partindo da cidadania, infância, saúde e meio ambiente, configurando como elemento central para entendermos os diferentes territórios brasileiros do corpo e da terra.

No que tange aos movimentos socioterritoriais e socioespaciais, a diversidade de sujeitos da luta é marcante. Temos a presença de camponeses, indígenas, quilombolas, estudante, LGBT, membros de órgãos ligados a resistência dos povos do campo como da Comissão Pastoral da Terra, Conselho Indigenista Missionário, Rede Funk, União Nacional dos Estudantes, Grupos de Pesquisas das universidades, Grupo Tortura Nunca Mais, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária entre outros.

Diante destas análises, observamos a importância estratégica das Jornadas universitárias de Reforma Agrária para a ampliação e debate das mais variadas temáticas dentro do contexto de luta e conflito no campo brasileiro. Mostrando que os espaços universitários estaduais ou federativos têm relevância para a construção política e paradigmática da reforma agrária, mesmo apresentando em alguns casos repressões e perseguições aos realizadores dos eventos.

Podemos colocar como destaque no âmbito das criminalizações, o III JURA da UFSCAR que debateu questões relacionadas questão agrária, movimentos socioterritoriais, meio ambiente, criminalização e reforma agrária com atividades de mesa, feira e trabalho de campo partindo de uma visita ao Cerrado realizando a Trilha da Natureza para a compreensão de diversas territorialidades.

Este evento sofreu uma denúncia na Ouvidoria da UFSCar com o intuito de barrar a sua realização partindo da justificativa do evento ser de caráter político-ideológico em ano de eleição e por violar as normativas da universidade de “neutralidade”. Os professores citados na então denúncia foram Rodrigo Constante Martins e Joelson Gonçalves de Carvalho que em nota afirmaram que tal denúncia afronta a autonomia didático-científica da Universidade e à liberdade de expressão e pensamento.

Constance evidenciou em sua fala o ataque as universidades que reflete neste tipo de denúncia, estando diretamente relacionada ao caráter democrático que está se desfacelando atualmente:

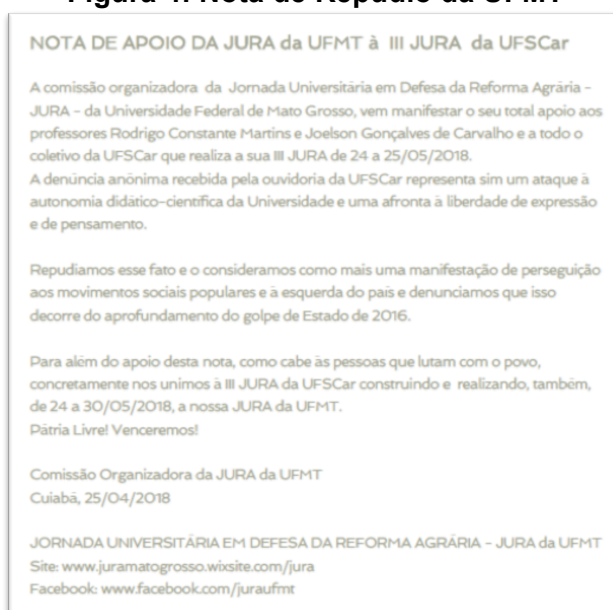
“Teremos que gastar tempo e energia para responder a uma denúncia que não tem análise de mérito da ouvidoria, que acata um argumento frágil de um denunciante que não se coloca nominalmente, mas apresenta um motivo qualquer que atrapalha o andamento das atividades acadêmicas e, repetindo a prática, coloca em risco a liberdade, a autonomia de cátedra e do pensamento crítico dentro da universidade brasileira” (Rodrigo Constance em entrevista a VELLEDA, 2018, p. [1]).

Ao final ficou evidente o caráter de resistência acrescido na luta dos educandos, educadores e movimentos socioterritoriais na construção da JURA de 2019, como enfrentamento a este tipo de denúncias e situações de incertezas nas universidades e na democracia brasileira. Nas palavras de Carvalho (em entrevista a Velleda, 2018):

“Saímos uníssonos com a ideia da resistência, seja ela na academia, nos movimentos sociais ou em qualquer outro espaço, porque os ataques são difusos, a única certeza que temos é de que são cada vez mais persecutórios” [p. [1]).

Frente a esta situação a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) (Figura 4) e o Departamento de Sociologia da UFSCar realizaram notas de repúdio a tal denúncia. Estas questões estão envoltas aos paradigmas dentro das universidades que refletem diferentes posicionamentos do pensar e vivenciar a universidade e os movimentos socioterritoriais no Brasil, conforme podemos observar na figura 4.

Figura 4: Nota de Repúdio da UFMT



Fonte: JURA MT, 2018

Em relação a UFMT podemos destacar, conforme observado na figura 4, que a nota configura-se como uma aversão ao processo de perseguição que vem crescendo nas universidades e no seio dos movimentos socioterritoriais pós *impeachment*, considerado Golpe de Estado, sofrido no ano de 2016. Culminando no avanço de políticas neoliberais que tendem a fortalecer o mercado capitalista e aprofundar as desigualdades sociais no campo e na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos apresentar brevemente alguns momentos de fala e de debate ocorridos na Conferência de abertura da IV Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária da FCT-UNESP em Presidente Prudente (SP), que contribuiu para fomentarmos as discussões sobre os direitos humanos e a realização das JURAs em todo o território nacional.

No contexto do debate compreendemos que a JURA é um componente analítico dos Direitos Humanos, no que tange ao processo de liberdade de expressão e do acesso as condições básicas e dignas de sobrevivência para a população camponesa territorializada ou desterritorializada no Brasil, como elo entre as frentes de atuação do Estado, do Capital e do agronegócio nacional e estrangeiro que lutam pelo mesmo território, com suas distintas formas de uso e de concebê-lo.

O evento compõe o debate sobre o papel da educação na temática da reforma agrária, estabelecendo uniões entre os diferentes sujeitos do campo com os territórios educacionais das universidades, faculdades e institutos, contribuindo para a ampliação, ou seja, uma maior abrangência da temática da questão agrária com as lutas históricas e atuais. Fatos que não eximem de um processo repressivo de seguimentos destas localidades, com denúncias e aberturas de processos em ouvidorias, com clara diferenciação dentro do debate paradigmático – político/ideológico.

Para consolidação das JURAs, tem-se a orientação de algumas atividades como caráter único de atuação nestes diferentes territórios como: feiras, atividades culturais, bancas de livros, exposições, mesas de debate/diálogos entre outros. Elas contribuem para a construção de espaços de diálogos dentro das universidades aproximando os movimentos socioterritoriais, educandos e educadores, contribuindo para a sociedade compreender o processo de ocupação do campo brasileiro e seus conflitos tão latentes no seu contexto histórico.

Como contribuição e orientação das JURAs, a sistematização e criação de redes de informações são definidoras neste processo. E a criação da Categoria JURA no Banco de Dados da Luta pela Terra pela Rede DATALUTA, compõem um deste objetivos de ampliação do debate, pois reúne em um acervo informações quantitativas e qualitativas

sobre os eventos realizados a nível nacional com construção dos movimentos socioterritoriais e organizadores.

Nesta categoria conseguimos sistematizar informações referentes aos dados de 2018, das quais apresentamos neste trabalho, buscando evidenciar sua importância em todo o território brasileiro. Cabe destacar que a JURA foi realizada em todas as macrorregiões, com destaque para a região Sudeste com 33% do número total de registro e da região Nordeste com 31%, elementos que historicamente abrangem uma maior rede de comunicação entre as universidades e os movimentos socioterritoriais.

As atividades culturais realizadas nas JURAs em 2018 corresponderam a 25% do número total de ações (228) em elo com a temática da questão educacional que correspondeu a 19% (190) mostrando a importância de se debater a partir da ludicidade estas temáticas.

A questão da repressão foi marcante nas JURAs, fatos mostrados por meio de denúncia de caráter político-ideológico na UFSCar para o impedimento da realização do evento na universidade, evidenciando as disputas paradigmáticas do entender do espaço/território universitário com a aproximação dos movimentos socioterritoriais.

Diante do exposto, entendemos que os diferentes debates são desafiadores que nos permitem refletirmos sobre nossas ações dentro do território da Universidade e além em nosso cotidiano, possibilitando a construção de um novo território constituído a partir da autonomia de diferentes sujeitos numa unicidade de luta e resistência.

REFERÊNCIAS

BUSCIOLI, L. D. Impactos e Resistências no Processo de Estrangeirização de Terras em Rio Brillhante (MS): O Caso dos Projetos de Assentamentos Federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do Território Indígena Laranjeira Ñanderu. 443 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2016.

CAMPOS, J. F. de S. Leituras dos Territórios Paradigmáticos da Geografia Agrária: Análise dos Grupos de Pesquisa do Estado de São Paulo. 389 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2012.

Comissão Pastoral da Terra - CPT. Conflitos no Campo - Brasil 2017. Coordenação: CANUTO, A.; LUZ, C. R. da S.; ANDRADE, T. P. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2017. Disponível em: <<https://cptnacional.org.br/downloads-2/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14110-conflitos-no-campo-brasil-2017-web>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela, 2019.

ESALQ. Apoio ao professor Marcos Sorrentino e à reforma agrária lota auditório da ESALQ em 28/11. 30 nov. 2017. Disponível em: < /index.php/demousp/2980-apoioao-professor-marcos-sorrentino-e-a-reforma-agraria-lota-auditorio-da-esalq-em-28-11) >. Acesso em: 22 fev. 2019.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, B. M.. Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FELICIO, J. M. Contribuição ao Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. 2005. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

FERNANDES, B. M. Sobre a Tipologia de Territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

JURA MT. Nota de apoio da JURA da UFMT à III JURA da UFSCar. 2018. Disponível em: <<https://juramatogrosso.wixsite.com/jura/nota-de-apoio-a-jura-da-ufscar>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

MENEZES, César. Negros representam 71% das vítimas de homicídios no país, diz levantamento. G1 – Globo. Jornal Nacional. São Paulo. 18 nov. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/negros-representam-71-das-vitimas-de-homicidios-no-pais-diz-levantamento.ghml>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

MENICUCCI, Arthur. Sindicância da Esalq apura atividade com MST, e professor diz que há 'triagem ideológica'. G1 – Globo. 21 nov. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/sindicancia-da-esalq-apura-atividade-com-mst-e-movimento-convoca-ato-em-defesa-de-profess%E2%80%A6>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Universidades de todo o país aderem a JURA. 2017. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/04/19/universidades-de-todo-o-pais-aderem-a-jura.html>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

Organização das Nações Unidas Brasil. Taxa de homicídio no Brasil é a quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução. ONU Brasil. 9 abr 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/amp/>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

Organização das Nações Unidas - ONU. Carta das Organização das Nações Unidas. 1945. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

SOUTO, Luiza. Assassinatos de LGBT crescem 30% entre 2016 e 2017, segundo relatório. O Globo. 17 jan. 2018. Sociedade. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/assassinatos-de-lgbt-crescem-30-entre-2016-2017-segundo-relatorio-22295785>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

VELASCO, Clara; CAESAR, Gabriela; REIS, Thiago. Cresce o número de mulheres vítimas de homicídio no Brasil; dados de feminicídio são subnotificados. G1 – Globo. 07 mar. 2018. Monitor da Violência. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/cresce-n-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-no-brasil-dados-de-feminicidio-sao-subnotificados.ghml>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

VELLEDA, Luciano. Atividade sobre reforma agrária é alvo de denúncia na UFSCar. Rede Brasil Atual. 30 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2018/04/atividade-sobre-reforma-agraria-e-alvo-de-denuncia-na-ufscar>>. Acesso em: 22 fev. 2019.